



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

VEREADORA AMANDA PASCHOAL

**REQUERIMENTO PARA CRIAÇÃO DE COMISSÃO PARLAMENTAR DE
INQUÉRITO Nº ____/2026**

Requer a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar possíveis irregularidades, falhas e omissões relacionadas ao planejamento, à gestão, ao orçamento e à infraestrutura do Carnaval de Rua 2026, na cidade de São Paulo.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

As vereadoras e vereadores que esta subscrevem, vêm, com fundamento no artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, bem como nos artigos 91 e 93 do Regimento Interno desta Casa, requerer a instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito, composta por 7 (sete) membros, com duração de 120 (cento e vinte) dias, prorrogáveis por igual período, com a finalidade de investigar possíveis irregularidades, falhas e omissões relacionadas ao planejamento, à gestão, ao orçamento e à infraestrutura do Carnaval de Rua 2026, na cidade de São Paulo.

Sala de Sessões, em 09 de fevereiro de 2026.

Amanda Paschoal

Vereadora PSOL/SP



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

VEREADORA AMANDA PASCHOAL

JUSTIFICATIVA

O presente requerimento de CPI objetiva investigar possíveis irregularidades, falhas e omissões relacionadas ao planejamento, à gestão, ao orçamento e à infraestrutura do Carnaval de Rua 2026, na cidade de São Paulo.

No segundo dia de pré-carnaval de São Paulo, um episódio grave envolvendo dois megabloques demonstrou a grave omissão do Poder público, que poderia ter resultado em uma tragédia maior. O megabloco “Skol”, cuja principal atração anunciada era o DJ escocês Calvin Harris, e o “Acadêmicos do Baixo Augusta”, ambos realizados na Rua da Consolação, região central da capital de São Paulo, foram reféns de falhas significativas de planejamento, gestão de fluxo e infraestrutura, além de ausência de medidas preventivas adequadas capazes de garantir a segurança de foliões e ambulantes.

As cenas e denúncias demonstram falhas sucessivas de planejamento estratégico do Carnaval de Rua 2026, e por isso devem ser investigadas com rigor pelo risco à integridade física de milhões de pessoas que querem curtir o carnaval não só em 2026, mas em anos posteriores, haja vista do risco de ter o formato e planejamento do Carnaval 2026 replicados pela gestão municipal, mesmo com as falhas recorrentes e perigo para a população.

A autorização de megabloco patrocinado pela empresa vencedora do certame (Bloco Skol com Calvin Harris) em horário e local conflitante com bloco tradicional da cidade (Baixo Augusta), resultando em tumulto com risco à vida e à integridade física de foliões, sugere também o favorecimento ao patrocinador oficial em detrimento do interesse público e da segurança da população, que deve ser investigado por essa Casa Legislativa, tendo em vista que o Carnaval de Rua é evento cultural anual e envolve um orçamento público milionário.

A Comissão Feminina do Carnaval destacou as falhas sucessivas da gestão e do planejamento do Carnaval 2026 como: uso excessivo de gradis, bloqueios e aprisionamento de foliões; superlotação e risco à integridade física dos foliões e trabalhadores; violência e repressão policial, com denúncias de espancamento e lançamento de bombas de efeito moral; falta de estrutura de saúde e emergência; falta de

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****VEREADORA AMANDA PASCHOAL**

fornecimento de água; redução de banheiros químicos; contradições na política de autorização; conflito entre blocos e moradores; ausência de plano para chuvas e desvalorização e criminalização dos blocos comunitários¹.

A gravidade dessas falhas torna-se ainda mais preocupante diante da matéria publicada pela Folha de S. Paulo, que informou ter questionado previamente o prefeito Ricardo Nunes sobre a realização simultânea de dois megabloques no mesmo dia e local e a preocupação já manifestada por moradores, foliões e especialistas, especialmente quanto à possibilidade de dispersão segura da multidão em caso de emergência². Apesar desses alertas, o Prefeito afirmou publicamente que o município dispunha de estrutura suficiente para assegurar ordem e segurança no local, o que se mostrou, na prática, incompatível com o ocorrido no domingo de pré-carnaval. Inclusive, a presidente do Conselho Comunitário de Segurança dos bairros Consolação, Higienópolis e Pacaembu, Marta Porta, avaliou que os problemas previstos se confirmaram, pois a quantidade de pessoas não era suportável no espaço, bem como destacou o episódio deve servir de referência para evitar a repetição de dois megaeventos no mesmo local e dia nos próximos anos.

Contudo, as falhas e omissões da Prefeitura em relação ao Carnaval de Rua 2026 começaram a acender o alerta muito antes com o atraso na divulgação do calendário oficial de blocos de rua. A publicação dos blocos autorizados estava prevista para o dia 28 de novembro de 2025, conforme noticiado por canais oficiais da prefeitura, mas concretizou-se somente em 23 de janeiro de 2026. Como consequência, observa-se o choque de itinerários entre blocos tradicionais, como o Baixo Augusta, e eventos de marcas sub-patrocinadoras (como o bloco anunciado com a atração internacional Calvin Harris), evidenciando que a gestão do espaço público — bem de uso comum do povo — foi preterida em favor de uma agenda corporativa.

Além do atraso na publicação da programação, há evidências de articulação para repressão administrativa a blocos de rua, tendo como resultado a criminalização de

¹SP: grupo lista falhas após confusão de blocos e alerta para riscos. Disponível em:

<<https://www.cnnbrasil.com.br/blogs/jussara-soares/entretenimento/carnaval/sp-grupo-lista-falhas-apos-confusao-de-blocos-e-alerta-para-riscos/>> Acesso em 09/02/2026.

² Ver mais em: <[Consolação tem tumulto e grades derrubadas por multidão - 08/02/2026 - Cotidiano - Folha](https://www.folha.com.br/consolacao-tem-tumulto-e-grades-derrubadas-por-multidao-08-02-2026)> Acesso em 09/02/2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****VEREADORA AMANDA PASCHOAL**

práticas culturais legítimas, historicamente reconhecidas e enraizadas nos territórios. A aplicação de multas a blocos não habilitados no edital oficial, especialmente os de pequeno porte, revela uma lógica de punição seletiva, que ignora as desigualdades materiais e organizacionais existentes entre os diferentes agentes do Carnaval. Em vez de adotar medidas de orientação, mediação e regularização, as subprefeituras optam por atuar como instâncias repressivas, utilizando a burocracia como instrumento de exclusão cultural.

Esse cenário se agrava de forma ainda mais preocupante diante da postura adotada pela Subprefeitura da Lapa, que passou a incentivar a denúncia de blocos classificados como “clandestinos”. O uso desse termo, além de inadequado, carrega uma carga simbólica de ilegalidade e perigo, reforçando estigmas e legitimando a perseguição administrativa. Ao convocar a população a denunciar manifestações culturais, o poder público institucionaliza a vigilância e o conflito social, transformando o Carnaval de rua em alvo de suspeição permanente. É fundamental destacar que muitos blocos não habilitados existem justamente porque o modelo de edital adotado é excludente, burocrático e incompatível com a realidade de coletivos comunitários e periféricos. Penalizar esses blocos, ao mesmo tempo em que se restringe o acesso ao transporte público, significa fechar todas as portas para a realização do Carnaval de Rua, tornando-o inviável tanto para quem organiza quanto para quem participa.

Vemos uma tentativa de criminalização dos blocos de rua e do carnaval de rua, ao mesmo tempo que há o desmonte da infraestrutura para os foliões. Conforme reportagem publicada pelo portal Metrôpoles, o Carnaval de Rua de São Paulo 2026 contará com 37% menos banheiros químicos em relação ao ano anterior, evidenciando a precarização da infraestrutura do evento simultaneamente à celebração de contrato de patrocínio de R\$ 29,2 milhões³.

Enquanto em 2025 a São Paulo Turismo (SPTuris) contratou 24 mil diárias de banheiros químicos, para 2026 o contrato prevê no máximo 15,3 mil locações. Na prática, isso significa que se em 2025 havia em média 3 mil banheiros instalados na cidade durante

³ Ver mais em: <[Carnaval de Rua de SP terá 37% menos banheiros químicos em 2026](#)> Acesso em 09/02/2026.

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO****VEREADORA AMANDA PASCHOAL**

cada dia de folia, em 2026 serão apenas 1,92 mil banheiros por dia, redução que atinge diretamente a dignidade e o bem-estar de milhões de foliões. Essa redução drástica de infraestrutura básica ocorre no mesmo contexto em que a Prefeitura celebra contrato que permite à empresa vencedora explorar comercialmente o Carnaval mediante subpatrocínios sem reversão proporcional ao erário.

A contradição é evidente: enquanto a cidade arrecada R\$ 29,2 milhões com o patrocínio oficial e a empresa privada obtém receitas adicionais não controladas com a revenda de cotas, a população que participa do evento enfrenta condições cada vez mais precárias de higiene e estrutura básica. A alegação de que a redução decorre de corte orçamentário soa incompatível com a existência de um contrato milionário que deveria, justamente, garantir recursos para a realização adequada do evento.

Em relação ao orçamento, a situação se agrava quando se considera que os custos reais do Carnaval de Rua ultrapassam em muito os R\$ 29,2 milhões anunciados pela Prefeitura. Conforme apurado pela reportagem, somando-se os gastos com ambulâncias e postos médicos, ações de promoção turística, fomento aos blocos e fiscalização de comércio ambulante, o custo total alcança R\$ 60,7 milhões, mais do que o dobro do valor oficialmente divulgado. Essa discrepância reforça a suspeita de que a gestão do Carnaval está orientada não pelo interesse público, mas por uma lógica de redução de investimento municipal enquanto se permite exploração comercial privada sem contrapartidas adequadas, resultando em precarização da infraestrutura oferecida à população e até mesmo com riscos graves à segurança física dos foliões, trabalhadores e ambulantes nos blocos e megabloques da cidade.

Em vista do exposto, pedimos o apoio dos nobres pares para aprovação deste requerimento de CPI para investigação do Carnaval de Rua de 2026.

Sala de Sessões, em 09 de fevereiro de 2026.

Amanda Paschoal

Vereadora PSOL/SP



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

LISTA DE MÚLTIPLAS ASSINATURAS RDP 3/2026

Autor

Ver. AMANDA PASCHOAL (PSOL) em 09/02/2026

Apoiadores

Ver. NABIL BONDUKI (PT) em 10/02/2026
Ver. KEIT LIMA (PSOL) em 10/02/2026
Ver. LUANA ALVES (PSOL) em 10/02/2026
Ver. MARINA BRAGANTE (REDE) em 10/02/2026
Ver. LUNA ZARATTINI (PT) em 11/02/2026
Ver. PROFESSOR TONINHO VESPOLI (PSOL) em 11/02/2026
Ver. DHEISON SILVA (PT) em 11/02/2026
Ver. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA (PSOL) em 11/02/2026
Ver. JOÃO ANANIAS (PT) em 12/02/2026
Ver. CELSO GIANNAZI (PSOL) em 13/02/2026
Ver. HÉLIO RODRIGUES (PT) em 19/02/2026
Ver. ELISEU GABRIEL (PSB) em 23/02/2026
Ver. GABRIEL ABREU (PODE) em 24/02/2026
Ver. RENATA FALZONI (PSB) em 26/02/2026
Ver. SENIVAL MOURA (PT) em 03/03/2026